

Covid-19: Regresso ao estado de emergência implica adiamento de eleições, dizem especialistas

Por Simone Silva em 08:47, 17 Nov 2021



A pandemia de Covid-19 em Portugal está novamente num momento crescente e há quem já fale num regresso ao estado de emergência, para que possam ser decretadas medidas mais restritivas.

Contudo, esse regresso implicaria um adiamento das eleições legislativas, já marcadas para dia 30 de janeiro de 2022, de acordo com constitucionalistas citados esta quarta-feira pelo 'Jornal de Notícias' (JN).

Segundo a mesma publicação, para que seja possível avançar com medidas mais restritivas, em estado de emergência, é necessário adiar a dissolução do Parlamento e consequentemente as eleições.

Jorge Miranda, um dos especialistas ouvidos pelo jornal, considera que "o Governo não pode aplicar medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias fora do Estado de Emergência".

Para além disso, "o Governo não pode aprová-las, isso só pode ser feito pela Assembleia da República", complementa Vitalino Canas, outro constitucionalista citado pelo 'JN', que sublinha a ideia de que, por esse motivo, a dissolução do Parlamento teria de ser adiada.

Os especialistas explicam que se o Presidente da República quisesse decretar esse regime mais restritivo, teria de o fazer antes da dissolução do Parlamento, uma vez que é necessária aprovação dos deputados.

“A partir do momento em que é dissolvido o Parlamento, a possibilidade de decretar estado de emergência fica excluída”, refere ainda Pedro Bacelar Gouveia, mais um constitucionalista, ao ‘JN’.

Por outro lado, esclarece, ao decretar o regime antes da dissolução, Marcelo é obrigado a adiar as eleições porque “a constituição é muito clara ao prever que a dissolução não pode verificar-se na pendência do estado de emergência”, conclui Vitalino Canas.